



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DA SRA. NAIR XAVIER LOBO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Cria a Comissão Permanente de Turismo na Câmara dos Deputados.

DESPACHO:

11/03/2002 - (INICIAL: APENSE-SE AO PRC-20/1999.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM / /

## REGIME DE TRAMITAÇÃO

## ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

## COMISSÃO

## INÍCIO

## TÉRMINO

	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		





CÂMARA DOS DEPUTADOS

# PROJETO DE RESOLUÇÃO

## N.º 216, DE 2001

(Da Sra. Nair Xavier Lobo)

Cria a Comissão Permanente de Turismo na Câmara dos Deputados.

(:APENSE-SE AO PRC-20/1999.)

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O art. 32 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

“Art. 32 .....

XVIII – Comissão de Turismo:

- a) política e sistema nacional de turismo;
- b) exploração das atividades e dos serviços turísticos;
- c) colaboração com entidades públicas e não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na formação de políticas de turismo.

..... (NR)”

Art. 2º Revoga-se a alínea “f”, do inciso VI, do art. 32 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## JUSTIFICAÇÃO



O Projeto de Resolução que ora submeto à apreciação dos membros da Câmara dos Deputados visa a criar a Comissão Permanente de Turismo, cuja matéria vem sendo tratada, de forma limitada, no âmbito da Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

A idéia de se criar tal Comissão, com o objetivo de acompanhar a política e o sistema nacional de turismo, nasceu em virtude dos trabalhos que vem sendo realizados pela Frente Parlamentar de Turismo desta Casa, que tenho a honra de presidir.

Com efeito, no curso dos trabalhos da Frente ficou evidenciado a imperiosa necessidade de se implementar uma nova política de fomento e exploração do turismo. Verifica-se que esse importante segmento econômico não tem merecido das autoridades o tratamento condizente com a sua importância e com as enormes perspectivas do setor.

Assim, parece-me que, com a criação dessa Comissão, que terá como diretriz impulsionar o sistema nacional de turismo, o Poder Legislativo estará dando o exemplo a ser seguido pelas demais autoridades, despertando-as para uma nova postura desenvolvimentista.

Certo de que os ilustres Pares bem poderão compreender o alcance social e a importância da proposição, aguardo o seu acolhimento.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2001.

  
Deputada NAIR XAVIER LOBO

12/12/01

11483300.100

15612



**REGIMENTO INTERNO**

**DA**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989**

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS.



.....  
**TÍTULO II**  
**DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA**  
.....

.....  
**CAPÍTULO IV**  
**DAS COMISSÕES**  
.....

**Subseção III**  
**Das Matérias ou Atividades de Competência das Comissões**

Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade:

- .....  
VI - Comissão de Economia, Indústria e Comércio:
- a) matérias atinentes a relações econômicas internacionais;
  - b) assuntos relativos à ordem econômica nacional;
  - c) política e atividade industrial, comercial e agrícola; setor econômico terciário, exceto os serviços de natureza financeira;
  - d) sistema monetário; moeda; câmbio e reservas cambiais;
  - e) comércio exterior; políticas de importação e exportação em geral; acordos comerciais, tarifas e cotas;
  - f) política e sistema nacional de turismo; exploração das atividades e



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**



dos serviços turísticos;

g) atividade econômica estatal e em regime empresarial; programas de privatização; monopólios da União;

h) proteção e benefícios especiais temporários, exceto os de natureza financeira e tributária, às empresas brasileiras de capital nacional;

i) cooperativismo e outras formas de associativismo na atividade econômica, exceto quando relacionados com matéria própria de outra Comissão;

j) regime jurídico das empresas e tratamento preferencial a microempresas e a empresas de pequeno porte;

l) fiscalização e incentivo pelo Estado às atividades econômicas; diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado; planos nacionais e regionais ou setoriais;

m) matérias relativas a direito comercial, societário e falimentar; direito econômico;

n) propriedade industrial e sua proteção;

o) registro de comércio e atividades afins;

p) políticas e sistema nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial;

.....  
**XVI - Comissão de Direitos Humanos:**

*\*Inciso acrescentado pela Resolução nº 80, de 1995.*

a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos humanos;

b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos;

c) colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;

d) pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;

e) exercício das atribuições previstas nos incisos III a XIV do art. 24 deste regimento.

*Parágrafo único.* Os campos temáticos ou áreas de atividades de



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

cada Comissão Permanente abrangem ainda os órgãos e programas governamentais com eles relacionados e respectivo acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da competência da Comissão Mista Permanente a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, e da Comissão de Fiscalização e Controle.

*\*Parágrafo alterado pela Resolução nº 77, de 1995.*

XVII - Comissão de Legislação Participativa:

*\*Inciso acrescentado pela Resolução nº 21, de 2001*

- a) sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos;
- b) pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea a.

.....”(NR)



### Seção III

#### Das Comissões temporárias

Art. 33. As Comissões Temporárias são:

- I - Especiais;
- II - de Inquérito;
- III - Externas.

§ 1º As Comissões Temporárias compor-se-ão do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independentemente desta se, no prazo de quarenta e oito horas após criar-se a Comissão, não se fizer a escolha.

§ 2º Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 3º A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

.....  
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRC 216/01

Apense-se ao PRC 20/99.  
(Prioridade - Art. 151, II, "b", 4, RICD)

Em 11 / 03 / 02

  
AÉCIO NEVES  
Presidente



Documento : PRC002162001 - 1